

Patricia Mothé Glioche Béze

OS DIREITOS HUMANOS E A VIOLÊNCIA DESCRITA NOS TIPOS PENAIS

RENOVAR

Rio de Janeiro

2014

abdr 
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE DIREITO
PENAL
Respeite o direito natural

Todos os direitos reservados à
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.
MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.421 - Centro - RJ
CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax: (21) 2531-2135
FILIAL RJ: Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 - Fax: (21) 2589-1962

www.editorarenovar.com.br

SAC: 0800-221863

© 2014 by Livraria Editora Renovar Ltda.

Conselho Editorial:

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente (*in memoriam*)

Antonio Celso Alves Pereira

Caio Tácito (*in memoriam*)

Carlos Alberto Menezes Direito (*in memoriam*)

Celso de Albuquerque Mello (*in memoriam*)

Gustavo Binenbojm

Gustavo Tepedino

Lauro Gama

Luís Roberto Barroso

Luiz Edson Fachin

Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.

Manoel Vargas

Nadia de Araujo

Nelson Eizirik

Ricardo Lobo Torres

Ricardo Pereira Lira

Sergio Campinho

Capa: Sheila Neves

Editoração Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Béze, Patricia Mothé Glioche
C184d Os direitos humanos e a violência descrita nos tipos penais /
Patricia Mothé Glioche Béze — Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
264p.; 21cm.

ISBN 978-85-7147-874-9

1. Direitos humanos. — Brasil. I. Título.

CDD — 346.81066

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO 1

NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE DIREITOS HUMANOS

1. DIREITOS HUMANOS	7
1.1. Evolução histórica	10
2. ASPECTOS DOUTRINÁRIOS	32
2.1. Origens	32
2.2. Fundamentação	32
2.3. Classificação	36
2.4. Características	40
2.5. Efeitos	43
2.6. Conseqüências	44
2.7. Os sistemas de proteção internacional	49
3. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	51

CAPÍTULO 2

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1. TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS	59
---------------------------------------	----

1.1. Conceito.....	59
1.2. Interpretação.....	61
1.3. Celebração	63
1.4. Sistema internacional de tratados de direitos humanos.....	68
1.5. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos	71
 2. CONFLITO ENTRE TRATADO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO.....	 75
2.1. Monismo e dualismo	75
2.2. <i>Status</i> das regras internacionais no direito interno.....	78
2.2.1. Celebração dos tratados no Brasil	78
2.2.2. O Brasil e os tratado internacionais.....	84
2.2.2.1.O Brasil e os tratados de direitos humanos.....	89
2.2.2.2.A emenda constitucional 45/04.....	96
3. OS DIREITOS HUMANOS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	101

CAPÍTULO 3

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO PENAL

1. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AS SANÇÕES PENAIS	127
 2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL..	 132
2.1. Princípio da legalidade	133
2.1.1. Princípio da lesividade	140
2.1.2. Princípio da intervenção mínima	144
2.2. Princípio da culpabilidade.....	147
2.3. Princípio da individualização da pena e a proibição do <i>bis in idem</i>	151
 3. A DIGNIDADE DA PESSOA COMO LIMITE CONSTITUCIONAL.....	 155

CAPÍTULO 4

A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	165
2. O CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	166
2.1. Princípio da especialidade.....	174
2.2. Princípio da consunção.....	177
2.3. Princípio da subsidiariedade	184
3. O CONFLITO APARENTE DE NORMAS E O CONCURSO DE CRIMES.....	190
3.1. A violência como maneira de execução do crime	200
3.1.1. O alcance da expressão “sem prejuízo das penas correspondentes à violência	203
3.2. A violência não definida no tipo penal	208
3.2.1. Solução: concurso formal de crimes	209
3.3. A violência definida no tipo penal.....	211
3.3.1. Solução: princípio da subsidiariedade	213
4. O PRINCÍPIO DO <i>NE BIS IN IDEM</i> NA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	215
5. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE CÚMULO DE PENAS NOS CRIMES PRATICADOS COM EMPREGO DE VIOLÊNCIA	223
5.1. Emprego de lesão corporal dolosa	226
5.2. Emprego de lesão corporal culposa	228
5.3. A soma determinada pelo legislador	230
6. QUESTÕES PROCESSUAIS	237
CONCLUSÃO	245
BIBLIOGRAFIA	249